

CONCLUSÕES

A investigação apresentada destinou-se a aprofundar teórica e empiricamente a problemática da educação/formação profissional, como fundamental no desenvolvimento vocacional do jovem e adulto. Nos quatro capítulos, cada um com a sua especificidade, ora foram salientados os princípios e os aspectos históricos da relação trabalho e educação (capítulo I), ora os fundamentos e concepções das matrizes teórico-conceituais dos modelos de competências e suas implicações na elaboração de um padrão teórico de educação/formação profissional (capítulo II), para depois serem analisadas as vertentes políticas dos sistemas de educação/formação profissional do Brasil e de Portugal (capítulo III) e, finalmente, a realidade particular de uma instituição educacional de educação profissional brasileira, o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/CE (capítulo IV).

Neste momento, à guisa de conclusão, torna-se útil ressaltar que as considerações desta tese, no sentido de efetuar um contributo para a elaboração de um modelo teórico de educação profissional, partem do conceito de competências na visão de uma teoria educacional dialética, ultrapassando a óptica behaviorista-funcionalista, tradicionalmente aplicado para a formação dos trabalhadores. Para tanto, torna-se essencial tecer algumas conclusões que, apesar de darem uma perspectiva global e integrada do trabalho realizado, não podem, todavia, ser assumidas como verdades absolutas.

Um dos aspectos que marcaram este trabalho foi a criação de uma rede de interpretações relativas à educação e à formação profissional, essencial para a análise, tão difícil quanto original, das analogias que se estabelecem entre concepções científicas e pessoais sobre a educação/formação do trabalhador. Baseada nas contribuições teóricas da Psicologia da Educação, da Sociologia da Educação e das Ciências Políticas, esta pesquisa utilizou-se de uma dimensão espaciotemporal para reconstruir os acontecimentos históricos que marcaram a educação profissional brasileira, de modo a perceber a sua evolução e transformação.

Em verdade, o conceito contraditório de educação/formação profissional suscitou algumas dúvidas e motivou um estudo aprofundado que revelou a ausência de um Estado e de uma política educacional presentes, que garantissem as condições equitativas de acesso à formação e ao conhecimento, como também reforçou a noção de que o indivíduo é responsável pela sua educação e empregabilidade, afastando-se do conceito visionário

universal e humanista de formação omnilateral defendido por Gramsci (1985), por especialistas e atores sociais, ou seja, o desenvolvimento integral de todas as potencialidades humanas, das dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, como meio para a transformação dos indivíduos em sujeitos.

Concebida e organizada sem levar em consideração os embates teóricos e políticos nos marcos de uma democracia de corte formal e restrita, a educação profissional sinaliza incongruências das forças sociais e do próprio Governo num tema que não pode ser negligenciado tanto do ponto de vista de um direito social, que precisa ser cumprido, quanto da importância estratégica da educação profissional e vocacional para os jovens e adultos.

No Brasil, a valorização das noções de empregabilidade e formação parece permitir uma interpretação das políticas educativas em responsabilizar o indivíduo pela sua formação e educação, bem como, pela aquisição de competências para a competitividade. Neste sentido, instruir-se adquire um novo sentido e a mudança de conotações expõe uma contradição pelo fato de a educação profissional estar sendo utilizada como instrumento político e econômico, cujos objetivos são a competitividade, o emprego, a qualidade total, as habilidades e as competências de adaptabilidade da força laboral, com a intenção de reforçar o envolvimento social dos indivíduos, instrumentalizando-os para os diferentes postos de trabalho. Em um campo social mais amplo, tais objetivos se definem como noções constitutivas, de um novo paradigma — pós-industrial, pós-classista, pós-moderno — que vem se concretizando de forma diversa em diferentes formações sociais.

Ao propósito de um investimento no “capital social” como contraposição ao investimento que tem sido feito no capital econômico, este estudo evidenciou que o desenvolvimento da educação/formação para jovens e adultos trabalhadores não se dará apenas pela contestação aos seus elementos de acomodação aos diferentes interesses e sim na historicidade do debate e da ação. A história revela um terreno contraditório da dialética de velho e do novo, da luta contra a ideologia e democracia burguesas, no espaço restrito da atual democracia burguesa. Nesta perspectiva, o entendimento aqui proposto assente na participação do sujeito social, por meio do diálogo e da negociação dos conflitos, no sentido de democratizar o acesso a todos aos bens gerados pela vida social, de garantia dos direitos.

Este posicionamento teórico de referência na compreensão dos fenômenos políticos educacionais pretende dar historicidade aos conflitos que possam conduzir ao exercício mais completo da democracia no campo da educação e do trabalho, sendo, assim,

destacados alguns pontos relevantes, entre os quais a defesa de uma participação governamental na coordenação e no financiamento da educação/formação profissional, reforçado por uma complementaridade entre organismos públicos e não governamentais, para além de maior coordenação entre os setores público, privado e associativo.

A relação entre o Estado e a prática educativa, marcada pelo processo de privatização das diferentes formas de educação/formação profissional, em virtude dos limitados recursos públicos, é um fenómeno global que consiste na diminuição do campo de ação, assim como da responsabilidade direta do Estado, apelando à sociedade civil e às empresas privadas para a produção de bens e serviços educativos públicos, estando, desta forma, a lógica de ação do Estado (estatal, formal e pública) subvertida por lógicas não oficiais, informais e privadas (Santos, 1999).

Não obstante a acentuação do valor dos parceiros sociais na construção de um sentido de responsabilidade partilhada — intelectuais, educadores, formadores, dirigentes e consultores de sindicatos, ONGs, instituições empresariais e comunitárias, autoridades regionais e locais — relativamente a dispor a todos os cidadãos oportunidades iguais de acesso à educação/formação ao longo da vida, é importante ressaltar que as noções de privatização e descentralização dos serviços educacionais podem colocar em risco os ideais de progresso social mediante a aplicação da razão e do conhecimento científico que obriga os indivíduos a uma contínua reflexividade em todos os aspectos da sua vida, de forma a poderem sobreviver num ambiente em constante transformação.

A análise da literatura permite a observação de que a educação pública, ao ser submetida às forças de mercado por intermédio da privatização ou descentralização dos serviços, reafirma a confiança no papel do Estado, em face do mercado laboral, o que em termos educativos se traduz num investimento no capital humano associado a um funcionamento mais flexível das instituições de ensino, admitindo, portanto, um papel dominante por parte do Estado, o que também se traduz numa centralidade com alterações em termos de modalidades de controle. A pertinência desta análise empreendida de forma clara e densa, no entanto, apenas faz sentido neste trabalho quando se considera a educação/formação profissional no contexto das mudanças políticas e sociais como um elemento fundamental para a qualificação dos indivíduos, tornando-os menos vulneráveis aos riscos que se encontram associados aos imperativos da competitividade económica, e mais resistentes à transformação das formas de organização e de produção que esta implica.

O capítulo II, por outro lado, surge como uma necessidade para a compreensão de todos os elementos desta investigação. Considerou-se que a educação/formação no âmbito de uma racionalidade crítica e de emancipação, realizada a partir do que Habermas (1987) denomina de experiências técnico-instrumental e prático-comunicativa do indivíduo, pode contribuir para o desenvolvimento de cidadãos mais críticos e mais participativos na transformação dos contextos sociais. Neste sentido, foram analisados as matrizes teórico-conceituais, os fundamentos teóricos básicos do modelo de competências e suas implicações do desenvolvimento da educação/formação profissional, procurando suscitar indicações sobre a função que assume a educação sob essa lógica. Para tanto, tornou-se indispensável articular os conceitos trabalhados no capítulo I e posteriormente com o capítulo III e com os dados empíricos recolhidos das entrevistas e apresentados no capítulo IV.

Com base nas diferentes tipologias examinadas, verifica-se que a noção de competências tem ordenado as relações de trabalho e as vinculações educativas, considerando-se os contextos econômico-político e sociocultural contemporâneos. Constatam-se, ainda, os limites da noção de competência sob a perspectiva da formação humana, indicando a necessidade de reconstituí-la coerentemente com uma concepção de mundo que tenha a transformação da realidade do trabalhador como projeto. Ressignificada pela matriz crítica e de emancipação, a idéia de competência passou a ser entendida como objeto de estudo político-social, o que reforçou a convicção de que, se por um lado as competências podem contribuir para a empregabilidade e competitividade dos indivíduos, de outra parte, também podem colaborar para o exercício de uma cidadania democrática, e a negação do acesso a essa formação corresponde à legitimação de uma nova forma de discriminação e exclusão social.

Partindo, aliás, da necessidade de articulação de todas estas noções, que levou esta investigação, no capítulo III, a percorrer os sistemas de educação/formação profissional brasileiro e português, apesar de não constituir uma prioridade para o desenvolvimento do tema desta tese, elaborou-se um estudo aprofundado das políticas de educação/formação em Portugal, que também se defronta hoje com novos desafios em termos de exercício de cidadania, de mutações no mundo do trabalho e diálogo multicultural, que justificam a defesa de uma política integrada de educação para a carreira.

As referências deste campo de estudo demonstram que, apesar das dificuldades de democratização das escolhas profissionais e de alargamento da educação/formação em

intuições públicas, onde existe um crescente conjunto de atividades de tipo privado com fins lucrativos — que contribuem para reforçar a distância entre aqueles que podem pagar a sua formação e aqueles que não podem — Portugal vem desenvolvendo objetivos e estratégias para a educação/formação de jovens e adultos, tanto no campo do sistema educativo, como no mercado de emprego.

Em Portugal, a despeito da incerteza e da imprevisibilidade que atualmente rodeia o mercado de trabalho, em que a relação entre formação, profissão e emprego é cada vez mais precária e incerta, a formação profissional é inserida no sistema educativo por meio das escolas profissionais e dos cursos tecnológicos, além da formação profissional inserida no mercado de emprego por meio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, direcionada a fornecer um apoio sistemático à construção de projetos de vida, de modo que seja dada a todos, jovens e adultos, a oportunidade de, em qualquer altura da suas trajetórias, educativa ou profissional, explorarem e (re)direcionarem a sua relação de investimento com o mundo.

Neste sentido, é importante destacar, a experiência portuguesa em racionalizar e adequar o sistema de formação ao sistema de ensino, numa tentativa de elevar a qualidade da formação e proporcionar aos alunos metodologias que permitam uma aprendizagem contínua e autônoma — em detrimento do desafio da auto-sustentação financeira e de maior responsabilidade individual e coletiva em face da formação e valorização dos recursos humanos — serviu de parâmetro neste estudo para encontrar caminhos na elaboração de um modelo teórico de educação/formação profissional.

Por outro lado, a leitura abrangente dos indicadores da política de educação profissional brasileira sugere que não devem ser entendidos apenas no âmbito de uma fragmentação redutora mas, pelo contrário, devem ser vistos como rede de conceitos e campo de interações complexas nos espaços político, social e educativo. Realizada em conjunto pelo Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, a política educativa abrange ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional da população adulta de baixa escolaridade por meio de uma rede específica de cursos de qualificação profissional de curta duração dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego.

Esse pensamento teve nas noções de empregabilidade e competências um importante aporte ideológico, justificando uma formação profissional polivalente que

fornece rápida qualificação, seja para fins de exercício de uma ocupação, seja para o prosseguimento de estudos. Assim, a política de educação profissional deve estar necessariamente articulada às políticas de desenvolvimento econômico local, regional e nacional, ao sistema público de emprego, trabalho e renda, sem o que não é possível oferecer perspectivas de melhoria da qualidade de vida e possibilidades de a população prover seus próprios meios de existência.

O capítulo IV – Educação/Formação Profissional: o Caso do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – desvela a metodologia e os procedimentos utilizados na pesquisa empírica, bem como expõe as concepções pessoais dos diretores, gerentes, professores e alunos do CEFET/CE.

A análise de conteúdo da pesquisa empírica permitiu verificar que, na categoria formação para o trabalho, os discursos dos diretores, gerentes, professores e alunos nem sempre se apresentam de forma coerente e linear com os modelos/concepções científicas e políticas de educação/formação profissional do Brasil, uma vez que confirmam que os cursos e programas de educação profissional promovidos no País encontram-se em uma fase de transição, pois, em oito anos da reforma educacional, não foi ainda implantado um currículo por competência que ampliasse as oportunidades de saberes dos jovens à procura do primeiro emprego e adulto desempregado; e por outro lado, não foram resolvidas as necessidades dos brasileiros por uma educação/formação profissional voltada para formações cidadã, moral e ética por intermédio de uma proposta construtivista, crítica e emancipatória que leva o próprio aluno a descobrir o conhecimento necessário para agir e modificar a sociedade.

Na categoria política educacional, a análise global das falas dos entrevistados reafirma que a formação/educação profissional foi concebida não para educar, e sim para retirar os “desvalidos da sorte” do ócio e desenvolver habilidades como um meio de sobrevivência. Neste sentido, o panorama da profissionalização brasileira precisa ser reestruturado para conciliar à mudança da procura social, por intermédio da negociação, do debate e do diálogo que envolva toda a comunidade escolar, possibilitando ao futuro trabalhador ter garantido seu direito básico como cidadãos resguardando-se das possibilidades negativas trazidas pelo novo quadro laboral.

No que se refere ao resultado da análise da categoria competências profissionais, pessoais e coletivas, tornou-se tangível o fato de que o novo trabalhador necessita superar um triplo desafio: possuir amplo conhecimento da sua área profissional, desenvolver

competências cognitivas, técnicas e humanas — responsabilidade, iniciativa, autonomia, agilidade, comunicação, inteligência, bom relacionamento dentro da equipe, saber conviver, respeitar o outro e ser respeitado nos seus direitos — para realizar e executar suas funções profissionais e manter-se empregado.

Na categoria mercado de trabalho, o discurso dos entrevistados esclarece que a lógica funcionalista do capital global, da competitividade e produtividade, das novas tendências tecnológicas, não deve ser a mesma lógica dos sistemas educacionais. O atual mercado de trabalho não seleciona apenas quem possui um diploma, mas o trabalhador competente. Assim, a escola deve planejar estratégias educativas que favoreçam o desenvolvimento para a carreira por intermédio de uma multiplicidade de fatores de natureza social, cultural, econômica e política. Para os educadores, os alunos podem e devem se munir para os novos tempos, por intermédio da qualificação profissional.

Na categoria educação, prevalecem os ideais de caráter social que envolvem a escola única, pública, de qualidade, uma educação básica consolidada e articulada com a educação profissional com um currículo amplo com base dos conhecimentos gerais. Além disso, as falas dos atores requerem situações que provoquem um diálogo no interior da sociedade, a fim de buscar soluções acerca da natureza do trabalho, sob o ponto de vista socioeconômico e político; da educação que considere a aprendizagem da carreira como um *moto-continuo* que se produz ao longo da vida; e do desenvolvimento dos potenciais dos cidadãos para sua inserção social.

E, finalmente, a análise da categoria orientação para a carreira, que enfatiza a omissão dos sistemas educacionais no que se refere à preparação dos indivíduos para o trabalho e para o desenvolvimento de sua carreira ao longo da vida, mais especificamente no que se refere à tomada de decisão, autoconceito, aos estilos de vida, valores e tempo livre, à liberdade de escolha, às diferenças individuais e à flexibilidade e habilidade para enfrentar as constantes mudanças no mundo do trabalho. As falas demonstram que as instituições escolares não estão prestando a devida atenção à formação vocacional dos alunos de ensino fundamental e médio, preparando, com isso, jovens e adultos com planos vocacionais pouco definidos e sem as devidas capacidades e competências necessárias para se adaptarem aos requisitos do trabalho e da sociedade. Assim, torna-se premente a superação da inadequada preparação dos jovens e adultos para o trabalho.

Nesta perspectiva, a proposta aqui apresentada para a elaboração de um modelo teórico de educação profissional supõe a existência de uma intervenção educativa por parte do Governo federal, respaldada por amplo debate entre professores e legisladores sobre o conceito de educação para a carreira, e por uma pesquisa científica que possibilite a avaliação seus efeitos nas escolas e nas salas de aula. Esse enquadramento estratégico de iniciativa estatal seria ministrado em instituições públicas mantidas pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios, sendo seu financiamento assegurado com recursos públicos para os alunos que demonstrarem insuficiência de recursos e matriculados naqueles cursos e programas considerados de áreas estruturantes e prioritárias para o Estado, no que se refere à promoção humanística, científica e tecnológica do País⁸³.

Esta proposta de educação para a carreira, teoricamente comprometida com os valores críticos e de emancipação, tem como categoria central a educação integral, o que significa a reconstrução da capacidade de pensar e compreender em um contexto social irrestrito, para poder aprofundar orientações políticas na consciência do cidadão. Para tanto, faz-se necessário vincular dialeticamente três níveis de experiências educacionais, que se encontram geralmente na consciência dos indivíduos: *as concepções pessoais manifestados pelos indivíduos*, que puderam ser constatados empiricamente; *os mecanismos psíquicos e cognitivos*, que se formam na vida quotidiana, e *as condições sociais da vida*, que determinam as condições como os seres humanos interagem.

Com base neste contexto, recomenda-se que os programas de educação para a carreira, como modelo de intervenção educativo que potencializa as experiências de aprendizagem, com vistas a associar a educação geral à profissional, devam integrar conceitos vocacionais, potencializar as relações com a escola e a sociedade e preparar o indivíduo ao longo da vida para que adquira experiências que lhe permitam: fazer escolhas conscientes; refletir sobre suas potencialidades e défices; conhecer as oportunidades que o trabalho e a educação oferecem; adquirir maturidade para tomar decisões racionais e ponderadas; obter destrezas e conhecimentos indispensáveis para a vida produtiva e social. Tal procedimento seria desenvolvido mediante intervenções que preparem o indivíduo para ser o sujeito de seu próprio projeto vocacional, de forma contínua e evolutiva.

⁸³ A legislação brasileira assegura que os recursos poderão ser destinados, por meio de bolsas de estudo, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade (Brasil, 1988).

Nesta linha de pensamento, o quadro teórico e empírico permite observar que, na construção dos projetos de vida, o planejamento e a gestão da carreira profissional assumem importância durante o processo de transição para a vida ativa, sendo fundamental o apoio sistemático da orientação vocacional, por meio do qual jovens e adultos implementam e monitorizam os objetivos e as estratégias vocacionais dirigidos para a concretização das aspirações, desejos e necessidades inerentes à relação mantida com a aprendizagem e com o trabalho.

Assim, convém reafirmar que a educação para a carreira deve ser um esforço coletivo que implica esforço, não somente por parte do sistema educativo, como também dos distintos setores da sociedade. A família, os professores, os dirigentes, tanto fora como no interior da escola, devem participar desse coletivo para que sejam alcançados os objetivos da educação para a carreira. Neste sentido, a sociedade deve cooperar na medida em que planeja, desenvolve e avalia políticas, programas e projetos, não se tratando, pois, de assumir os deveres e objetivos dos sistemas educativos.

Outro aspecto fundamental para a educação para a carreira é a infusão, nas atividades curriculares diárias realizadas em sala de aula, de conteúdos teóricos com aplicações práticas, transmitindo valores positivos sobre o trabalho e sua importância na vida ativa dos indivíduos; que se estimulem hábitos de trabalho, assim como os demais objetivos imprescindíveis para um adequado desenvolvimento de oportunidades educativas e laborais, tais como favorecer o autoconhecimento, a exploração vocacional, as tomadas de decisão em relação à carreira etc. O ideal, conforme a literatura acentua, é a implementação de programas abrangentes que desenvolvam um trabalho em equipe, coordenado por um mediador pessoal e social, que assegure o acompanhamento e a orientação pessoal, social e vocacional dos formandos, tendo o sistema educativo como a comunidade educacional, com o aproveitamento dos recursos humanos e materiais, para estimular e favorecer o desenvolvimento da carreira ao longo do ciclo de vida do indivíduo, o que implica considerar os projetos de vida como estando permanentemente em elaboração.

Estas reflexões, com base na pesquisa teórica e empírica, manifestam a necessidade de reconstruir a compreensão das competências: ampliar as dimensões técnico-laborais e sociocomunicativas com as competências político-históricas, ensinadas por meio de uma *práxis* pedagógica que reflita inicialmente as experiências concretas dos seus alunos,

futuros trabalhadores. Neste sentido, a educação para a carreira concretiza a discussão sobre as novas competências, assumindo os seguintes aspectos:

- i. Todo cidadão tem direito a experiências educativas e liberdade de escolha ocupacional e de carreira, a ser assegurada pelos sistemas educacionais e estimulada ao longo da vida, por meio da combinação da educação geral, acadêmica e vocacional.
- ii. A ênfase na exploração da carreira deve ocorrer a partir do ensino médio com experiências iniciais de emprego, a fim de ensinar ao indivíduo aprender sobre suas atitudes, interesses e valores em relação ao trabalho.
- iii. Relacionar educação e trabalho, de maneira que o indivíduo possa realizar as melhores escolhas em relação a ambos.
- iv. As escolhas educativas e/ou vocacionais devem ser satisfatórias para cada indivíduo.
- v. O indivíduo deve dispor de assistência profissional no desenvolvimento de sua carreira, que o auxilie na autocompreensão de suas habilidades, interesses, valores e metas vocacionais e o capacite para ser crítico em relação a si próprio e em relação à realidade sociocultural.
- vi. A assistência no desenvolvimento de sua carreira deve ser um esforço compartilhado da comunidade que implica o sistema educativo, a família, as organizações empresariais e ampla variedade de agências e organizações comunitárias.
- vii. O indivíduo tem direito às informações corretas e atualizadas sobre oportunidades educativas e ocupacionais, como também de mudança ocupacional e de redirecionamento da sua carreira.
- viii. A transição escola-trabalho deve beneficiar o sistema, o indivíduo e a sociedade.

Congruente com a literatura, observa-se a importância de os programas escolares contemplarem, ao longo da vida, conteúdos e atividades ligadas aos conhecimentos e experiências diretas com do mundo trabalho. Explica-se, desta forma, que a capacidade dos indivíduos para elaborar representações multidimensionais e complexas do mundo profissional depende diretamente da relação que cada qual estabelece com o meio envolvente (sociedade, escola, trabalho etc.). Ao ser acompanhado por uma intervenção profissional,

capaz de criar condições para que a relação sujeito-mundo se vá progressivamente edificando, as pessoas poderão ter experiências de aproximação da vida ativa que os auxiliará na transformação da sua relação com o mundo. Tais experiências devem ser significativas, isto é, devem corresponder às necessidades, interesses, aptidões, capacidades e motivações, resultando na concretização de objetivos realistas que contribuam para a satisfação pessoal e profissional dos sujeitos.

Em suma, é esta a proposta de análise e interpretação das políticas públicas de educação/formação profissional, produzida no interior de um contexto particular de uma instituição escolar profissionalizante. O conceito de educação para a carreira aqui defendida, tem por intenção formar a consciência política dos jovens e adultos, com base no entendimento essencial do trabalho e da comunicação, vislumbrando um caminho para o desenvolvimento das competências emancipadoras.

